



## AS INTERFACES DO *BULLYING* E DA DISCRIMINAÇÃO ETNICORACIAL NA ESCOLA

Domingos Barbosa dos Santos<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Historicamente a população negra, urbana e rural, tem ocupado locais sociais subalternizados no Brasil, uma vez que o país foi formado, inicialmente, por processos de escravização e sequestro de povos africanos, aqui tornados negras/os e escravas/os. É neste processo de escravização que se configura o racismo, no Brasil, que ainda no século XXI figura como um dos entraves ao desenvolvimento socioeconômico igualitário entre população negra e não negra. Entendendo raça como um construto social, que se passa por “natural”, Quijano, enfatiza que por essa categoria reforçam-se as disparidades que sustentam a colonialidade do poder que, tão comum no mundo colonizado, cria hierarquias de ordem social baseada em raça e gênero. Como produto do passado colonial a população negra, assim como os povos indígenas, enfrentam adversidades de caráter econômico, educacional, saúde e, sobretudo, de diferenciação pela sua condição étnica e social possuindo as mais altas taxas de desemprego, analfabetismo, menor acesso a bens e serviços públicos, menor remuneração. Em suma, parcelas da população negra vive em condições precárias onde é proeminente as injustiças sociais.

No Brasil a conceituação de raça/cor, historicamente construída, forma um guia de classificação a partir do qual somos identificadas/os e nos identificamos seres humanos de certa forma, seres inferiorizados. Tal constatação deve levar-nos a problematizar a sociedade hierarquizada que o Brasil se constituiu. Uma vertente dessa problematização é com certeza a violência, o desrespeito aos direitos humanos e o *bullying*.

---

<sup>1</sup> Professor Domingos Barbosa dos Santos<sup>1</sup> (Prof. Dumas) Mestre em filosofia Política. Professor do quadro permanente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás. Email: [dbsdumas@hotmail.com](mailto:dbsdumas@hotmail.com)



Violência é todo comportamento humano que de alguma forma impede a ação livre de outrem e ou impõe-se ao semelhante uma vontade contrária. A violência a princípio, esconde, mascara e depois revela o caráter de uma pessoa – pode ser uma criança, adolescente, jovem ou adulta. O problema da violência de certa forma está relacionado com a educação no sentido da formação humana e no sentido estrito do termo, pois para os filósofos “sofistas”, a arte de educar, não era outra coisa senão *moldar* a alma humana. Não vamos entrar na questão da violência na escola, mas apresentar uma concepção da violência no sentido da violação dos direitos humanos dentro dos muros da escola, e a partir daí tentar uma leitura dessa violência no sentido do desrespeito aos estudantes negros e negras. Uma violência pontual e que no cotidiano se aprofunda dentro das salas de aula.

Compreender a violência na escola nos auxilia não só na luta pela defesa da pessoa humana da etnia negra como nos permite chamar para o educador e a educadora a responsabilidade de defender a implementação da Lei 10.639/2003, “*o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil*”. O ensino da história da África, dos africanos e a luta dos negros no Brasil, terá a tarefa de erradicar na escola e depois na sociedade a prática do racismo dentro de escola brasileira. Pois se sabe que a escola tem exerce uma função social e como tal não pode se eximir da missão de resguardar os direitos da pessoa humana. No caso da violência escolar contra os estudantes negros, constitui-se um crime constitucional e contraria os valores morais e a natureza da educação como um direito do ser humano, assim, combater o racismo na escola torna-se um dever do Estado e das autoridades ali constituídas – no caso, os educadores e as educadoras. Uma maneira fundamental de promover o debate e a defesa da etnia negra na escola é sem dúvidas, colocar na pauta da pedagogia escolar, a temática da etnicidade, a qual além de profunda é também carente de estudos mais aprofundados por parte dos principais pesquisadores e pesquisadoras brasileiros, pois não dão prioridade à questão do racismo brasileiro que se diga de passagem, é o racismo mais cruel e camuflado no mundo.



O povo negro brasileiro constitui a segunda maior população negra do mundo, ficando atrás apenas da população negra da Nigéria, por essa razão defendemos uma educação que pedagogicamente comprometa-se com a população negra brasileira, no sentido de respeitar, resguardar e defender os seus direitos naturais e sociais. Atualmente do ponto de vista dos movimentos sociais, em particular dos movimentos negros, podemos divisar na educação brasileira dois pontos importantes da perspectiva de uma educação crítica e libertadora do ser humano. Nesse sentido, um desses marcos é a inspiração do pedagogo, Paulo Freire. O outro ponto deve ser a defesa de uma educação baseada no reconhecimento de uma sociedade plural do ponto de vista étnico e cultural. Para pensar a possibilidade de uma educação libertadora, deve-se antes pensar no tipo de sociedade que temos e a partir daí pensar no tipo de homens e mulheres que se quer formar, pois é do caráter dos homens e mulheres que se pode perceber os alicerces de uma sociedade livre, harmônica e assim, não violenta.

Considerando as afirmações anteriores, um dos entraves para a superação da discriminação do estudante negro na escola brasileira e mais recentemente a existência do *bullying*, o qual pode ser compreendido como uma das formas de violência que tem despertado a atenção de educadores e educadoras, de forma que se tornou uma preocupação pública no Brasil. Segundo a especialista, supracitada, o *bullying* pode ocorrer em qualquer contexto social, como escolas, universidades, famílias, vizinhança e locais de trabalho. O que, à primeira vista, pode parecer um simples apelido inofensivo pode afetar emocional e fisicamente o alvo da ofensa (Cléo Fante, p. 22, 2005). Nesse caso, pode-se citar os comentários entre colegas de escola em relação aos cabelos de um menino ou de uma menina da etnia negra “os cabelos pixaim, cabelos duros, os cabelos rebeldes e ou armados”; nas famílias brasileiras e não brancas, é comum ouvir a seguinte expressão quando executam um trabalho mal feito: “você fez serviço de preto” e já ouvir de uma criança de quatro anos de idade que disse à sua tia: “você colocou feijão preto? Não vou comer, vou ficar preto”. Esses comportamentos são corriqueiros e tem seus fundamentos no contexto histórico brasileiro, pois a prática de uma educação excludente e de um ensino pedagógico que camufla e indiretamente pratica ações discriminatórias a partir de um currículo pré-escrito, que não



considera e nem tem interesses no estudo da verdadeira história da África e das lutas do negro no Brasil. Seguindo esse raciocínio, percebe-se nas afirmações de Iracy Carone e Maria Aparecida Silva Bento, que a estrutura da discriminação é de fato um construto social e político: “As políticas imigrantistas do Estado brasileiro refletiam a preocupação de impedir a ‘decadência dos brancos’ pela vitória dos mestiços através de propostas públicas de favorecimento maciço de imigrantes europeus, considerados superiores aos africanos e asiáticos” (CARONE; BENTO, 2012, p. 17). A existência do *bullying* no interior da escola brasileira se fortalece com a denominada “cultura do embranquecimento”, a pesar de se perceber que as pesquisas sobre *bullying* nas escolas brasileiras, parece detectar no cotidiano das suas instituições, apenas a questão da violência física entre rivalidades pessoais e ou de guetos nas escolas, o *bullying* em relação a temática etnicorracial pouco ou nada tem se pesquisado e não aparece no cotidiano escolar.

A educação é um direito senão natural é um direito social e indispensável ao ser humano. Isso implica que todo e qualquer ser humano ao vir ao mundo, traz consigo esse direito garantido. Tomamos por base a concepção de cidadania entre os filósofos sofistas (fundadores da *Paidéia* - ciência da educação). É com os sofistas que a educação deixa de ser um privilégio da minoria (os aristocratas) e passa a ser acessível a todos, embora é bem verdade que à época, a educação defendida pelos sofistas também não se destinava às massas, pois nem todos tinham condições econômicas para financiar seus estudos. Contexto que deixa claro que desde o seu surgimento, a educação tendeu a ser um privilégio da elite. Mas não fosse a luta e a ousadia filosófica desses pensadores, certamente, outras pessoas na sociedade grega permaneceriam na ignorância. O dado da contradição nesse sentido é que, segundo relato do pensador Pedro Dalle Nogare (2008) , ao fazer uma referência a um diálogo de Platão com o filósofo Protágoras, cita um mito grego que diz que a educação não pode ser dispensada a nenhum dos moradores da *polis* (cidade). Diz o mito: “As cidades não poderão sobreviver se somente alguns forem providos dela (educação) [o que faz com que Zeus ordene a Hermes]: Tu estabelecerás uma lei em meu nome: que qualquer homem, incapaz de ser educado ao pudor e à justiça, seja condenado à morte como flagelo para a cidade”.(NOGARE, 2008,p. 32).



Partindo dessa premissa, a educação do homem exerce já nos seus primórdios, lugar ímpar no seio da sociedade e é uma necessidade, pois dela, é que se pode garantir o crescimento, o desenvolvimento e a justiça entre os povos. Talvez por essa razão, é que no mito, Zeus concebe que o ser incapaz de ser educado, deve ser expulso como sendo um flagelo para a cidade. Pode-se fazer um paralelo entre a concepção de educação entre os gregos e a política educacional no Brasil quando da reforma pombalina (1759), para esse paralelo, toma-se por base as afirmações do inglês Bernard Mandeville (1670-1733) ao afirmar que: "...o saber, ler, escrever e contar consiste em "artes muito nocivas para o pobre obrigado a ganhar o pão de cada dia mediante sua faina diária", o que significa que "cada hora que esses infelizes dedicam aos livros é outro tanto de tempo perdido para a sociedade" (*apud* SAVIANI, 2008, p. 102). Fica evidente que historicamente, na sociedade brasileira, o pobre sempre tendeu a não ser respeitado/considerado quanto ao direito à educação e nesse contexto, o povo negro, o qual já era a presença escravizada no Brasil-Colônia, sem dúvida estava fora da política educacional pombalina. A condição de homens e mulheres forçados ao trabalho escravo passa a ser a base da estrutura dessa sociedade. Isso implica em afirmar que o analfabetismo do povo brasileiro, sobretudo, o analfabetismo em relação ao povo negro, é uma questão estrutural. Muitas foram as reformas educacionais no Brasil e em nenhuma dessas reformas, teve como pauta ou qualquer espécie de debate a educação direcionada ao respeito e valorização da cultura afro-brasileira. Nesse contexto, manter o povo ignorante e pobre, é uma estratégia de poder do burguês, uma vez que esse entende que a ignorância é a maneira eficaz de poder manipular a consciência das massas e de controle socioeconômico. Seguindo esse raciocínio, o filósofo Dermeval Saviani (2008) salienta que: "Provavelmente nenhum outro terá formulado com maior clareza, sinceridade e fidelidade a visão burguesa da educação popular do que Mandeville quando afirmou que "em uma nação livre na qual não se permite a escravidão, a riqueza mais segura consiste numa multidão de pobres laboriosos". Assim, para fazer feliz a sociedade e manter contente as pessoas, ainda que nas circunstâncias mais humildes, é indispensável que o maior número delas seja pobre e, ao mesmo tempo, totalmente ignorante" (MANDEVILLE, 1982, p. 190. *apud* SAVIANI, 2008 p. 102 ).



Outra obra que traz a questão da educação etnicorracial como algo novo, foi produzida pelo escritor, Jorge Arruda, a obra vem em um momento ímpar da nossa luta por uma educação reparadora e de enfrentamento ao racismo e de todas as formas de discriminação à pessoa humana. Jorge Arruda, traça linhas de pensamento que de maneira pedagógica, pode-se de fato erradicar o racismo uma vez implementada, respeitada e fiscalizada a prática da lei 10.639/03. Uma leitura crítica a partir da obra *Por Uma Educação da Autonomia e da Diversidade em Sala de Aula* e, analisando a concepção de Mandeville, percebe-se que mesmo sendo proibida a escravidão do sistema econômico ao povo negro na sociedade brasileira, outra espécie de escravidão lhes é imposta – a ignorância total. De fato, numa sociedade pautada pela cultura capitalista-eurocêntrica, não é de se estranhar tal postura. O germe do sistema capitalista tem em si a destruição, a manipulação e a exploração dos menos favorecidos. No caso da sociedade brasileira, recai sobre a população pobre e em específico sobre a população negra, a qual sofre singularmente as consequências de uma ignorância arquitetada e historicamente alimentada pelo poder burguês.

## OBJETIVOS

Trabalhar a importância da conscientização escolar e da formação humana para superar e erradicar todas as formas e práticas de discriminação por meio da existência dos preconceitos e do *bullying* no interior da escola brasileira.

Politizar os estudantes sobre a importância do debate e conhecimento das questões etnicorraciais para eliminar dentro das instituições escolares as práticas de racismo, *bullying* e preconceitos existentes entre os estudantes.

Educar os estudantes de forma que adquiram no cotidiano escolar, consciência e respeito pelo diferente, bem como zelar pela convivência sadia a partir do respeito à cultura e saberes da população negra.



## RESULTADOS

Tomada de consciência da realidade socioeducativa na sociedade brasileira em relação às práticas de *bullying* no interior das escolas.

Efetivação da Lei 10.639/2003, em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Inclusão de novos conteúdos sobre a importância e contribuições dos saberes da população negra, no currículo escolar brasileiro.

Revisão da política do livro didático no sentido de adotar literatura e obras didáticas, onde a cultura, os saberes e as práticas da população negra seja reconhecida como construção da sociedade brasileira.

## CONCLUSÃO

Diante do apresentado nesse trabalho, sabe-se que a superação e o enfrentamento de todas as formas de racismo e preconceitos não serão alcançados com meros debates, também não será alcançados com “discursos” em favor da população negra. Queremos e devemos lutar e compreender como funciona a sociedade e assim, buscar por meio da educação, da politização e por meio de uma outra estrutura social e econômica. A superação do racismo terá como consequência certa, o fim do *bullying* nas escolas e entre as pessoas. Até aqui não há dúvidas de que o *bullying* é resultado de uma estrutura social desumana, desigual e que acumula bens materiais que na maioria das vezes era um direito de todos e de todas.

Em suma, é um dever público e dos movimentos negros organizados, protagonizar a formação política e educacional desse povo, que soberano e altaneiro, deseja viver em liberdade e em harmonia, do contrário não haverá paz e nem harmonia, enquanto as crianças, adolescentes e jovens desse país forem educados segundo uma concepção eurocêntrica e corruptível.



## REFERÊNCIAS

FANTE, Cléo. O Fenômeno Bullying no ambiente escolar. São Paulo, 2005.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida silva (Orgs.) *Psicologia do Racismo*. Petrópolis, 2002.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas-SP, 2008.

GOMES, Laurentino. *1889*. São Paulo, 2013.